



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo mº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO  
CONFIGURAÇÃO, OPERAÇÃO E AJUSTES, EM GRUPO  
MOTO GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO SEDE DO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do CPF nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 20.411/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 30/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo configuração, operação e ajustes, em um grupo motorizador instalado no prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em Campo Grande - MS, composto de grupo motor gerador sem carenagem (instalado em sala com atenuadores de ruído e porta acústica, e dotado de motor, gerador, quadro de comandos e tanque de combustível) com o fornecimento de mão de obra, peças e componentes novos e genuínos, quando necessária a substituição, além de todos os materiais de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, observada a periodicidade mínima prevista nas rotinas de manutenção.
- 1.2. Os serviços incluem o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo (materiais auxiliares: solventes, lubrificantes, graxas, vaselinas, espumas, soldas, lixas, brocas, lâminas, esponjas, estopas, panos, pincéis, escovas, fitas, vedações, parafusos, elastômeros e todos os produtos de limpeza e proteção, entre outros) necessários à prestação integral, tempestiva e adequada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em conformidade com especificações de fabricantes dos equipamentos, normas técnicas e



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo mº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

demais condições constantes neste instrumento. No caso de necessidade de utilização de peças e serviços não relacionados no contrato, a eventual aquisição será feita observando-se as leis de licitações públicas, por meio de aditamento contratual.

- 1.3. As peças e insumos serão pagos pelo CONTRATANTE separadamente, nos valores correspondentes aos constantes no contrato, conforme a as especificações e condições do Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019 e das legislações complementares.
- 1.4. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:
  - 1.4.1. Termo de Referência;
  - 1.4.2. Edital de licitação;
  - 1.4.3. Proposta da CONTRATADA;
  - 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.5. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/1993, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

**CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO**

- 2.1. Este contrato observará o regime de execução indireta mediante empreitada por preço unitário e terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar do dia 06 de novembro de 2023, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, a critério do Contratante e observado o interesse público, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.
- 2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.3. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.
- 2.4. Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
  - 2.4.1. na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

- 2.4.2. na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.5. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 2.6. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- 2.7. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
- 2.7.1. Às normas e especificações constantes deste instrumento contratual;
- 2.7.2. Às prescrições e recomendações do fabricante;
- 2.7.3. Às normas da ABNT;
- 2.7.4. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- 2.7.4.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 2.7.4.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 2.7.4.3. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 2.7.4.4. NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 2.8. A execução dos serviços terá início na data de 06 de novembro de 2023.

**CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência as condições específicas desta contratação referentes a:
- 3.1.1. Conceitos (item 3);
- 3.1.2. Local da execução dos serviços (item 7);
- 3.1.3. Especificações dos equipamentos (item 9);
- 3.1.4. Procedimentos de manutenção (item 10);
- 3.1.5. Manutenção corretiva (item 11);



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

- 3.1.6. Manutenção preventiva (item 12);
- 3.1.7. Rotinas de manutenção (item 13);
- 3.1.8. Sustentabilidade (item 14);
- 3.1.9. Fornecimento de peças e materiais de reposição (item 15);
- 3.1.10. Recebimento e aceitação dos serviços (item 16);
- 3.1.11. Garantia e assistência técnica (item 17);
- 3.1.12. Deveres do contratante (item 18);
- 3.1.13. Obrigações da contratada (item 19);
- 3.1.14. Vedações (item 20);
- 3.1.15. Preposto (item 21);
- 3.1.16. Pagamento (item 24);
- 3.1.17. Atualização financeira (item 25);
- 3.1.18. Reajuste dos preços (item 26);
- 3.1.19. Reequilíbrio de preços (item 27);
- 3.1.20. Penalidades (item 29);
- 3.1.21. Defesas e recursos (item 30);
- 3.1.22. Aumentos e reduções (item 31);

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

**PTRES:** \_\_\_\_\_

**Elementos de Despesa:** 3.3.90.39 e 3.3.90.30

**NE:** \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA 5ª – DO VALOR**

- 5.1. O valor mensal estimado do serviço de manutenção preventiva é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), que somado ao valor da confecção do Plano de Manutenção (PMAN) de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), ao valor total estimado de manutenção corretiva de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) e ao valor total estimado de insumos de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), totaliza o valor global estimado do contrato de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) para 30 (trinta) meses de contratação.

**GRUPO ÚNICO – Grupo Motor Gerador sem carenagem STEMAC  
(instalado em sala com atenuadores de ruído e porta acústica)**

**SERVIÇOS**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

MINUTA

Item	Descrição	Unidade	Quant. para 30 meses	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<b>Confecção</b> do Plano de Manutenção - PMAN	Unidade	1	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
2	<b>Manutenção Preventiva</b> do Grupo Motor Gerador STEMAC com fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, conforme descrições do item 12.	Mensal	30	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
3	<b>Manutenção Corretiva</b> do Grupo Motor Gerador STEMAC com fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, conforme descrições do item 11.	Unidade	25	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
INSUMOS					
4	Óleo lubrificante multiviscoso que atenda a norma SAE 15W40 e tenha classificação API-CI4 ou superior. Referência: Lubrax Extra Turbo	Litro	175	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
5	Elemento Filtrante do Óleo Lubrificante Referência: MWM 905411880011	Peça	6	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
6	Filtro de Combustível Referência: MWM 905411510020	Peça	6	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
7	Elemento Principal do Filtro de Ar Referência: MWM 905412970051	Peça	3	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
8	Elemento Secundário do Filtro de Ar Referência: MWM 905412970052	Peça	3	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
9	Combustível Óleo Diesel; deve atender à Norma brasileira ANP nº 32, de 16.10.2007 – DOU 17.10.2007.	Litro	3.600	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
10	Bateria 12V, selada, sem manutenção, capacidade nominal a 25°C 170A, corrente de partida a frio 1100A, hot cranking a 25°C 1800A, com prata, reserva de capacidade 330A.	Peça	3	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
11	Kit de reparo da bomba injetora	Unid.	1	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
12	Reparo de bicos injetores	Unid.	6	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
13	Mangueira de combustível, conexões e abraçadeiras	Unid.	4	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
14	Correia de transmissão de potência	Unid.	3	R\$ xx,xx	R\$ xx,xx
				R\$ xx,xx	



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

Valor total estimado dos serviços (confecção do Plano de Manutenção, manutenções preventiva e corretiva) [30 MESES]	
Valor total estimado dos insumos [30 MESES]	R\$ xx,xx
Valor Global Total Estimado (serviços + insumos) [30 MESES]	R\$ xx,xx

**CLÁUSULA 6ª – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 6.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 6.2. Tanto Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento dos serviços prestados e ao Gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 6.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 6.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio de Fiscal do contrato.
- 6.5. O Fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.
- 6.6. À fiscalização caberá, ainda, verificar periodicamente o cumprimento pela CONTRATADA das normas de segurança.
- 6.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente da má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação do produto fornecido.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do § 3º do art. 132 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), ou seja, os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO**

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

**CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79, da Lei nº 8.666/1993, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

**CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO**

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o respectivo extrato será publicado, pelo CONTRATANTE, na imprensa oficial, sem prejuízo da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**CLÁUSULA 11 – DO FORO**

- 11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

**CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta contratação implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

**Campo Grande - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.**

(documento assinado digitalmente)  
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA  
**CONTRATANTE**

(documento assinado digitalmente)  
\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)  
AMON MICAEL FERNANDES FLORES  
Chefe do Núcleo de Manutenção e Projetos  
de Engenharia

(documento assinado digitalmente)  
\_\_\_\_\_  
ANALISTA JUDICIÁRIO

**Anexos: Termo de Referência, Anexo I, II, III e IV**

**DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo SSP/\_\_\_\_\_,





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.886/2023  
Pregão Eletrônico nº 30/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

inscrita no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2023, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

(assinado digitalmente)

XXXXXXXXXX  
**EMPRESA**